

# B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – agosto de 2012

**FPM: risco de perder  
R\$ 8,4 bi em 2012**

*Funcionários  
da Prefeitura  
também reivin-  
dicam aumento  
do FPM para  
o Município.*

*Queremos  
FPM*

*Professores  
Reivindicam aumento  
do FPM para  
o Município.*

- A invertebração do complemento do piso dos professores
- CNM lança alerta sobre Contrato Organizativo da Saúde
- O bom exemplo de união dos Municípios amazonenses

Saneamento

# Municípios do Amazonas plano local de Resíduos

Localizado no coração da Floresta Amazônica, o Estado do Amazonas se diferencia por sua peculiaridade regional, demográfica e socioeconômica. O difícil acesso a alguns Municípios – essencialmente por transporte fluvial – também é uma particularidade local. Quando o assunto é Saneamento Básico, a região passa quase que despercebida pelo poder público. Um exemplo é o relatório de gasto público do governo com o setor, que mostra o Amazonas como um dos Estados que menos recebeu investimento em 2007 e 2008.

Nesta edição do Boletim da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o Amazonas recebe atenção especial. Não pelos fatores citados acima, mas por ter obtido um dos melhores resultados na quantidade de Municípios que desenvolveu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). A elaboração do projeto para a gestão do lixo foi uma das determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010. O prazo para entrega do projeto determinado pela lei terminou no dia 2 de agosto.

No mesmo ano em que a lei de Resíduos foi aprovada, em 2010, a CNM publicou uma pesquisa sobre Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) nas prefeituras. De acordo com os dados, apenas seis Municípios amazonenses haviam feito o projeto – que deveria abranger as vertentes: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais. Agora, em uma nova pesquisa da Confederação, sobre elaboração do PMGIRS, os Municípios amazonenses aparecem com um dos melhores resultados.

O presidente da Associação Amazonense de Municípios (AAM), Jair Souto, credita o sucesso ao esforço dos gestores municipais. O Programa de Apoio à Elaboração dos Planos Municipais de



Plamsan/AAM

Saneamento e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios do Estado do Amazonas (Plamsan), gerido pela Associação, uniu os governos municipais e estadual.

**QUE FEZA DIFERENÇA** – Em entrevista à Agência de Notícias da CNM, o presidente da AAM falou da importância de atender à determinação legal e garantir a possibilidade de receber recursos federais para investir na gestão do projeto. “A visão é ampliar o projeto e incluir os quatro eixos. Não só de resíduos, mas de esgotamento sanitário, abastecimento de água e manejo de águas pluviais. Antecipamos o de resíduos para cumprir a determinação da lei federal, mas até setembro todo o plano de Saneamento deve ser validado junto à população local”, contou Souto.

O representante dos Municípios do Amazonas falou que a ideia de desenvolver o trabalho surgiu

da constatação de que, até pouco tempo, a falta de um marco legal era um dos grandes empecilhos para investimento em Saneamento Básico e Ambiental. “Convivi com a realidade do Município e sentia falta de uma política que pudesse nos dar diretrizes, caminhos claros e planejamento”, disse Souto. Ele foi prefeito de Manaquiri nas gestões de 2004-2008 e 2009-2012.

O Plamsan propôs dispor de forma consorciada – para diminuir o custo para as prefeituras – de uma equipe técnica para auxiliar cada Município na elaboração do seu Plano, com o apoio e a participação da sociedade. “O desafio foi sensibilizar os prefeitos da necessidade para obter um plano de Saneamento”, mencionou Souto. Ele contou que a tarefa foi levar os gestores à compreensão de que a área é fundamental para o desenvolvimento da Saúde e do Turismo, entre outros aspectos. “Assim, dos 72 Municípios, 59 assinaram a adesão ao pro-

# s se unem para elaborar duos e Saneamento

grama desenvolvimento do Plano. Além disso, por meio do excelente corpo técnico montado, o projeto foi feito, e 240 técnicos municipais foram capacitados para executar a política”, contou.

**FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES** – Ao ser perguntado sobre o apoio financeiro da União para o desenvolvimento das ações, o presidente da AAM ressaltou: “não recebemos um centavo do governo federal. O governo do Estado investiu R\$ 1 milhão, e os 59 Municípios, juntos, aplicaram R\$ 1,8 milhão”.

Apesar de não ter podido contar com recursos federais para elaboração dos projetos, Souto relata que foi criado um comitê com representantes de todas as esferas de poder do Estado. “Houve a união de todos os atores do Estado do Amazonas para que pudéssemos elaborar o melhor plano possível, inclusive do governo federal”, relatou.

“Agora, temos de começar um amplo debate com o governo federal e estadual para buscar financiamento das ações dos planos”, ponderou o prefeito de Manaquiri.

Um dos desafios reais é a substituição dos lixões por aterros sanitários. De acordo com cálculo da CNM, são necessários R\$ 70 bilhões para transformar todos os lixões em aterros sanitários, até 2014. Mas a falta de auxílio financeiro para que as prefeituras cumpram as determinações dificulta a medida.

“Tenho certeza de que poderíamos acabar com todos os lixões a céu aberto, dentro do prazo estabelecido pela lei, se tivéssemos o investimento de R\$ 150 a 200 milhões”, ponderou o presidente da AAM. No entanto, ele fez questão de dizer que o valor é uma estimativa por alto, sem base ou estudo.

Ao finalizar suas considerações, Souto disse que foi mais de um ano de trabalho em conjunto, por



Plamsan/AAM



Plamsan/AAM

causa da diversidade regional. “Nós fizemos inúmeros quilômetros de barco, avião e carro para estar nos Municípios debatendo com as equipes locais todos os aspectos que envolvem o Plano”, explicou Souto. O Estado é um dos mais difíceis pela logística

e o alto custos das ações, por causa da dificuldade de comunicação e acesso à internet. “Tenho certeza de que, se a gente conseguiu no Amazonas, é possível conseguir em todo o Brasil”, acredita o presidente da entidade amazonense.

Educação

# A inverdade da complementação do piso

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) denuncia que o Ministério da Educação resolveu, por decisão da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, não repassar recursos federais para o piso com base nas dificuldades financeiras dos Municípios, conforme prevê a Lei 11.738/2008.

A decisão foi publicada no dia 30 de julho de 2012 por meio da Resolução nº 7 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que trata sobre a parcela da complementação da União ao piso aos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí, que recebem recursos federais no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Com isso, fica invalidada toda e qualquer solicitação de recursos federais para complementar o piso, apresentada por Estados e Municípios, pois a resolução estabelece, tão somente, a distribuição do valor estipulado pelo coeficiente de distribuição do Fundeb, não prevendo repasse para os que demonstrarem incapacidade financeira de pagar o piso.

A CNM sempre alertou para o fato de que não existia dinheiro novo para o piso, pois o montante era retirado da complementação federal ao Fun-

deb. Agora fica confirmada a denúncia, já que os recursos, de certa forma, voltam para o Fundeb para serem distribuídos nos mesmos critérios do Fundo, qual seja, o coeficiente correspondente ao número de matrículas de cada Município, independente de apresentar ou não dificuldade financeira de cumprir o piso.

Este critério considera que todos os Municípios contemplados possuam dificuldades financeiras por igual, não beneficiando os gestores municipais que necessitam de um aporte adicional para pagar seus professores e investir nas demais ações de educação.

**Entenda a Complementação da União ao piso salarial** – De acordo com a Lei do Piso de nº 11.738/2008, a União deveria complementar com apoio financeiro os Municípios que não tenham disponibilidade orçamentária para integralizar o piso do magistério e que recebam a complementação da União no Fundeb, ou seja, os nove Estados, excluindo os demais 16 e o Distrito Federal, que se encontram sem nenhuma garantia de ajuda financeira.

Desde 2010, quando o piso salarial foi integralizado, os gestores aguardam do Ministério da Educação (MEC) o repasse dos recursos da União, pois são grandes as dificuldades financeiras en-

frentadas para dar cumprimento à lei federal. No primeiro ano, foram R\$ 762 milhões destinados ao apoio federal para o piso. Em 2011, estavam previstos R\$ 866 milhões e, neste ano, foram previstos inicialmente R\$ 1,04 bilhão. Porém, a complementação da União ao piso do magistério nunca chegou a nenhum Município.

O que tem sido feito é levar de volta para o Fundeb o montante que inicialmente foi retirado do orçamento para complementar o piso. “É no ajuste financeiro do Fundeb que esse valor retorna aos Municípios e Estados, colocando todas as administrações desses Municípios e Estados em igual situação de enfrentamento do piso”, afirma o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Os Municípios estão comprometidos com o magistério, mas estão sacrificando suas finanças públicas. O aumento com a folha de pagamento afeta os investimentos de outras ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Dessa forma, os recursos vinculados constitucionalmente à educação não podem ser exclusivos para despesas com pessoal. “O piso salarial é uma justa reivindicação dos professores, mas não pode causar desequilíbrio nas contas públicas”, lembra Ziulkoski.

Até o momento, o MEC ainda não informou data e forma de repasse do recurso.



**CONCURSO DE ARTIGOS SOBRE  
POLÍTICAS PÚBLICAS DE  
ESTÍMULO À SUSTENTABILIDADE  
NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Prêmios de até  
**R\$ 5 mil**

**Seu município tem projetos ou experiências  
de incentivo ao crescimento sustentável?**

Então escreva um artigo sobre estas iniciativas e concorra a prêmios em dinheiro. Podem participar trabalhos individuais ou em grupo, somente de candidatos vinculados à administração pública de qualquer município brasileiro.

Accesse o site, leia o regulamento e participe:  
[www.portaldodesenvolvimento.org.br/concurso](http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/concurso)



Congresso Nacional

# Movimento Municipalista pede rejeição de projetos que criam pisos salariais

Projetos de lei que criam pisos salariais, especialmente para os profissionais de saúde, continuam a tramitar na Câmara e no Senado. Estava na pauta da *XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, foi apresentada aos parlamentares, mas a reivindicação do Movimento Municipalista de impedir a proliferação dessas matérias não foi atendida. Se somados os projetos, o impacto financeiro chega a R\$ 53 bilhões por ano. Dinheiro que sairá dos cofres municipais.

O alerta foi dado pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, em maio deste ano. Na presença de ministros, e dos presidentes da República, Dilma Rousseff, e da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), ele divulgou a previsão de impacto e lembrou que os congressistas nada fazem para evitar a rejeição desses projetos. E que, apesar de valorizar categorias, como de enfermeiros e médicos, as propostas não preveem uma fonte de recursos.

Um levantamento da CNM mostra que, do total de 1,6 milhão de profissionais contratados atualmente para prestação de serviços no Sistema Único de Saúde (SUS), 1 milhão é vinculado à esfera municipal.

**Comprometimento orçamentário** – Mesmo que nesses projetos haja a previsão de complementação da União, os pisos são prejudiciais à gestão municipal, porque comprometem o orçamento e impedem investimentos em outros setores, como Assistência Social e Obras. Só o salário dos agentes

de combate às endemias e os agentes comunitários de saúde representam R\$ 3,2 bilhões ao ano.

O piso dos nutricionais e o dos farmacêuticos, previstos nos Projetos de Lei (PLs) 5.439/2009 e 5.359/2009, por exemplo, fixam o valor mensal de R\$ 4.650. O País emprega no setor público 12,8 mil nutricionistas e 27,5 mil farmacêuticos. O impacto seria de R\$ 795,4 mil e R\$ 1,7 bilhão, respectivamente.

**Inconstitucional** – A tramitação de tais propostas surpreende a Confederação. A entidade defende a melhoria nos salários dos servidores públicos, porém adverte que o ato de estabelecer pisos salariais, plano de cargos e carreira compete aos Municípios. “É direito assegurado no artigo 39 da Constituição Federal”, destaca Ziulkoski. A legislação é clara: União, Estados e Municípios instituem salários de acordo com a capacidade e a necessidade local.

Com a criação dos pisos salariais, o Congresso Nacional, além de ferir a autonomia dos Municípios, não leva em consideração as determinações impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Pela legislação, os entes não podem ultrapassar um limite de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) com o pagamento da folha de pessoal.

**Redução de jornada de trabalho** – Os problemas não param por aí. A redução na carga horária de alguns profissionais de saúde também preocupa os gestores municipais. No caso dos enfermeiros, o PL 2.295/2000 prevê uma jornada de 30 horas semanais. “Isso causaria um prejuízo

imensurável no atendimento à saúde básica”, explica o presidente da CNM.

Para detalhar o tamanho desse impacto, a Confederação escolheu apenas um exemplo: o Programa Saúde da Família (PSF), que possui 32 mil equipes ao redor do Brasil. Cada equipe é formada por, pelo menos, um enfermeiro, um técnico e um auxiliar de enfermagem. O déficit de profissionais para PSF seria, segundo a CNM, de 10 mil enfermeiros, técnicos e auxiliares. Essa categoria pode ganhar um salário de R\$ 4.650, R\$ 2.325 e R\$ 1.860, respectivamente.

**Apelo municipalista** – A CNM considera tais proposições como desrespeitosas, que agridem a autonomia legisladora dos Estados e dos Municípios. E questiona: como o Congresso Nacional pode ampliar o volume de despesas e fixar salários se desconhece a realidade de cada um dos 5.563 Municípios?

Oito proposições que tratam desse assunto, inclusive Proposta de Emenda à Constituição (PEC), foram localizadas pela CNM em diversos estágios de tramitação na Câmara e no Senado. A CNM lamenta e pede aos deputados e senadores que avaliem os impactos financeiros, jurídicos e administrativos antes da aprovação de tais projetos.

Estabelecer piso salarial e plano de cargos e carreiras de âmbito nacional é um desrespeito à autonomia dos Municípios, uma vez que estes são os responsáveis pela contratação da maior parte dos profissionais de saúde no SUS.



## Finanças

# Evolução da arrecadação federal e tra

A evolução da receita de tributos federais, sob impacto da crise econômica e das medidas de desoneração adotadas pelo governo central para enfrentá-la, indica que as transferências para Estados e Municípios encerrarão o ano de 2012 com um valor de R\$ 17,4 bilhões abaixo do inicialmente projetado no Orçamento da União. O principal prejuízo será dos Municípios, que perderão R\$ 9,2 bilhões, sendo R\$ 8,4 bilhões de FPM.

**Introdução** – A crise econômica tem afetado a arrecadação da União e, por via indireta, as transferências para Estados e Municípios por dois canais principais. Em primeiro lugar, a desaceleração econômica reduz o consumo, o volume de transações econômicas e, principalmente, os lucros das empresas, o que afeta todos os tributos de modo geral, mas especialmente o IPI e o Imposto de Renda, que compõem a base de cálculo dos fundos de participação.

Segundo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para cada queda de 1% no PIB, as receitas sobre lucros tendem a cair 2% a 3%, enquanto em outros tributos essa variação oscila em torno de 1,5%. Ou seja, os tributos sobre lucros são sensivelmente mais atingidos pela crise do que os demais impostos, seja porque as empresas reduzem mesmo os lucros ou porque adotam medidas de planejamento tributário para reduzir o recolhimento de impostos sobre lucros. E, no caso do IR, mais de 40% de sua arrecadação provém justamente do imposto de renda das pessoas jurídicas, que é cobrado sobre o lucro das empresas.

O segundo canal pelo qual a crise econômica atinge negativamente a arrecadação e as transferências para Estados e Municípios é o das desonerações tributárias. Invariavelmente, a cada nova crise econômica em que o País mergulha, o governo tem reduzido (ou zerado) o IPI para tentar reativar as vendas e a produção industrial. E de cada real arrecadado de IPI, 55 centavos pertencem a Estados e Municípios.

Além disso, o governo também tem utilizado a Cide, outro tributo partilhado com Estados e Municípios para tentar controlar os preços dos combustíveis no País. Desde 2009, segundo levantamento da CNM, a alíquota da Cide por litro de gasolina já caiu de R\$ 0,23 para R\$ 0,09 e, agora em julho, foi reduzida a zero, implicando uma renúncia de mais de R\$ 7 bilhões por ano.

Ou seja, os três principais tributos federais partilhados com Estados e Municípios são, coincidentemente, os principais instrumentos de política econômica utilizados pelo governo para enfrentar a crise econômica. Dessa forma, é natural que Estados e Municípios dependentes de transferências federais tenham sua arrecadação fortemente afetada por essas decisões, além do impacto direto da crise sobre as próprias receitas.

**As receitas federais: projeções e realizações** – Os dados da arrecadação federal do primeiro semestre mostram que a receita administrada da União ficou abaixo não apenas dos valores incluídos na lei orçamentária como daqueles que vinham sendo projetados pela própria equipe econômica até 30 de maio deste ano. Em relação à lei orçamentária, por exemplo, a diferença entre o projetado e o realizado supera os R\$ 33 bilhões. Já no que se refere ao decreto de programação financeira de nº 7.740, de 30 de maio de 2012, a apenas um mês do final do semestre, a diferença é de R\$ 9,40 bilhões.

No caso do Imposto de Renda, a diferença entre o orçado e o realizado no primeiro semestre chega a R\$ 15,4 bilhões. E, comparando o realizado com o projetado no decreto de maio, a diferença é de R\$ 6,2 bilhões. Ou seja, ou o governo está sendo incompetente em suas projeções ou está propositalmente omitindo suas verdadeiras projeções para tentar minimizar os impactos dos reais números sobre suas metas fiscais. Seja qual for o caso, devemos ter cautela com as novas estimativas de arrecadação anunciadas para o segundo

semestre do ano.

Por exemplo, as projeções da receita administrada para o segundo semestre estão apenas R\$ 2,5 bilhões abaixo daquelas incluídas no Decreto 7.680, de fevereiro de 2012. A pergunta: se o erro de previsão do mencionado decreto foi de mais de R\$ 20 bilhões no primeiro semestre, por que haveria de cair para R\$ 2,5 bilhões no segundo semestre? No caso do IR, o erro de previsão do Decreto 7.680 foi de R\$ 9 bilhões no primeiro semestre, mas o governo revisou sua estimativa para o segundo semestre em apenas R\$ 1,1 bilhão.

**Estimativas próprias para receitas e transferências** – As estimativas do governo, recentemente divulgadas para a arrecadação federal total (incluindo a previdenciária) até o final de 2012, indicam queda geral de todas as receitas partilhadas com Estados e Municípios, exceto as de compensação financeira (leia-se: *royalties* em geral), que são concentradas por poucas unidades da Federação. Em comparação com a lei orçamentária, por exemplo, as novas estimativas do governo indicam que a receita primária de 2012 de arrecadação ficará R\$ 37 bilhões abaixo do inicialmente projetado, sendo R\$ 22,1 bilhões a menos de IR e R\$ 3,7 bilhões a menos de IPI. Nesse cenário, o FPM totalizaria cerca de R\$ 71 bilhões até o final do ano, valor este R\$ 6 bilhões inferior ao do Orçamento da União.

Considerando o impacto de outros tributos sobre as transferências, a perda de Estados e Municípios chegaria a R\$ 11,7 bilhões, segundo – repetimos – as próprias cifras oficiais. Contudo, considerando os indícios de que o governo continua subestimando os efeitos da crise econômica sobre a receita do segundo semestre, a assessoria econômica da CNM refez as projeções.

As projeções da CNM, reproduzindo no segundo semestre o mesmo comportamento do primeiro semestre, considerando pequena melhora na situação econômica, apontam queda de

# Transferências para Estados e Municípios

R\$ 53,4 bilhões na receita primária em relação aos valores do Orçamento da União, sendo R\$ 31,1 bilhões de frustração de receitas de IR, R\$ 4,5 bilhões de IPI e R\$ 7 bilhões de Cide. Nesse cenário alternativo, que consideramos mais realista, as transferências teriam queda de R\$ 17,4 bilhões (ou 18,7 bilhões se não considerarmos no cálculo os *royalties*, que estão superando as expectativas em função do aumento do preço do petróleo principalmente).

Dos R\$ 17,4 bilhões de queda, o FPM responde por mais da metade (R\$ 8,4 bilhões), e a Cide por R\$ 1,3 bilhão, dos quais R\$ 350 milhões seriam destinados aos Municípios. Se somarmos o efeito de queda de outras transferências, a perda dos Municípios se aproxima de quase R\$ 10 bilhões. Ou seja, os prefeitos podem encerrar o seu último ano de mandato com quase R\$ 10 bilhões a menos do que projetavam em seus orçamentos, se consideraram os números incluídos no Orçamento da União.

**Conclusões** – As receitas de transferências,



principalmente o FPM, estão sujeitas a considerável volatilidade, tendo em vista não só o ciclo econômico como também as medidas de desoneração adotadas pelo próprio governo diante das fases de baixa desse ciclo. Ante essas circunstâncias, os Municípios sofrem uma amplificação do efeito das crises sobre suas finanças e ficam incapacitados de aplicar políticas contracíclicas, como largamente defendido pelo governo federal. A única forma de mudar este quadro é alterar

a sistemática de repasse do FPM de modo que as transferências para os Municípios não fiquem tão suscetíveis às oscilações de curto prazo das receitas tributárias às quais o fundo está vinculado. Isso pode ser feito por meio de uma regra que garanta que, embora o fundo mantenha-se constituído de 23,5% das receitas de IR e IPI, as transferências sejam mantidas mais ou menos constantes, em patamar equivalente a uma média corrigida de três ou quatro anos.

Projeções (em R\$ milhões)	LOA 2012	Dec. 7.680	Proj. Gov.	Proj. CNM	Dif. Proj. Gov. - LOA	Proj. CNM - LOA
<b>Receitas primárias</b>	<b>1 127 322,7</b>	<b>1 090 909,1</b>	<b>1 090 324,2</b>	<b>1 073 850,0</b>	<b>-36 998,5</b>	<b>-53 472,7</b>
IPI	51 452,7	51 004,9	47 675,9	47 000,0	-3 776,8	-4 452,7
Imposto sobre a Renda	275 153,7	263 049,3	252 985,8	244 000,0	-22 167,9	-31 153,7
CIDE – Combustíveis	9 835,7	5 286,3	2 879,4	2 850,0	-6 956,3	-6 985,7
Salário-Educação	15 553,5	14 318,7	15 618,7	15 000,0	65,3	-553,5
Compensações Financeiras	32 562,9	32 562,9	36 218,6	35 000,0	3 655,7	2 437,1
Demais	742 764,1	724 686,9	734 945,8	730 000,0	-7 818,3	-12 764,1
<b>Transferências</b>	<b>200 851,9</b>	<b>193 426,3</b>	<b>189 170,6</b>	<b>183 438,8</b>	<b>-11 681,3</b>	<b>-17 413,1</b>
Fundos vinculados a IR/IPI	151 314,4	146 424,9	138 403,1	136 750,0	-12 911,3	-14 564,4
FPE	70 220,4	67 521,6	64 642,3	62 565,0	-5 578,1	-7 655,4
FPM	76 752,5	73 802,7	70 655,5	68 385,0	-6 097,0	-8 367,5
IPI – Exportação	5 145,3	5 100,5	4 767,6	4 700,0	-377,7	-445,3
CIDE – Combustíveis	2 268,0	1 225,6	1 115,8	1 100,0	-1 152,2	-1 168,0
Salário-Educação	9 332,1	8 591,2	9 423,2	9 000,0	91,1	-332,1
Compensações Financeiras	20 777,3	20 777,3	22 927,5	22 050,0	2 150,1	1 272,7
Fundeb – Complementação	10 571,5	10 571,5	9 883,7	9 883,7	-687,7	-687,7
Fundo Constitucional do DF	1 152,4	1 152,4	1 152,4	1 152,4	0,0	0,0
Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	3 900,0	3 900,0	3 900,0	3 900,0	0,0	0,0
Ressarcimento combustíveis fósseis	50,0	50,0	50,0	50,0	0,0	0,0
Demais	682,4	733,4	652,7	652,7	-29,7	-29,7

Cultura

# Artesanato impulsiona economia e gera inclusão social em Município mineiro

Conhecida como o Município mais frio de Minas Gerais, a pequena Maria da Fé, com mais de 14 mil habitantes, fica localizada na Serra da Mantiqueira, a 467 km de Belo Horizonte. Os moradores da região encontraram no artesanato em fibra de bananeira e papelão um meio de sobrevivência, prova de que se pode transformar a realidade por meio do investimento em cultura.

Tudo começou quando os moradores de Maria da Fé tiveram de enfrentar a queda da monocultura da batata em 1994. Na tentativa de enfrentar a crise econômica, era preciso aproveitar as potencialidades dos marienses. Os artistas locais perceberam que com a produção e comercialização de peças artesanais – como fibra de bananeira, material abundante no Município, e reciclagem de papelão – poderiam fazer artesanato.

A partir da adesão de moradores locais, surgiu o projeto Gente de Fibra, que consistia em oferecer oficinas de artesanato para a comunidade. Os integrantes da oficina passaram a vender seus trabalhos e, à medida que a comercialização foi aumentando, tornou-se necessária a formação de uma entidade representativa e, em 1999, criou-se a Cooperativa Mariense de Artesanato (Comarte), com 30 cooperados.

Atualmente, a cooperativa oferece diversos produtos, entre elementos utilitários e decorativos, como anjos, bonecas, jogos americanos e bolsas. Todo o material é feito com fibra de bananeira, são bandejas, almofadas de fuxico, arte em cipó, bordados, embalagens de juta, peças em palha e outros artigos. A pintura dos objetos com imagens da Igreja Matriz de Maria da Fé tornou-se a identidade do artesanato local.

Os produtos passaram a fazer sucesso entre os turistas, uma vez que o Município participa do Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas e recebe visitantes durante todo o ano.

Para o prefeito Adilson Santos, o trabalho dos artesãos contribui para o fortalecimento econômico da comunidade, gerando renda, colocando no mercado produtos de qualidade, exclusivos e de baixo impacto ambiental.

**Mãos que transformam** – Edna Maria Santos dedicou mais de 11 anos de vida para o trabalho com papel reciclado e com folha de bananeira. A artesã, com 49 anos, afirma que, para promover os produtos, a maioria dos artesãos participa de feiras de artesanato e vende as peças para os turistas. Ela diz que é possível sustentar a família com o artesanato. “Ganhamos de um a dois salários-mínimos, isso depende da época. O artesanato tem ajudado a sustentar muitas famílias”, garante.

A prefeitura colabora com os artesãos em diversas parcerias. “Este prédio, onde está localizada nossa lojinha e onde acontecem as oficinas, foi cedido pela prefeitura, que apoia o projeto”, conta a artesã.

Em Maria da Fé, as artesãs foram treinadas para utilizar a fibra da bananeira. Elas trabalham com as folhas secas. De-

pois de juntar as folhas, elas voltam para casa e as fibras são colocadas de molho para facilitar o serviço e preparar o material que vai dar forma a centenas de objetos e peças artesanais.

Edna, sempre muito orgulhosa do seu trabalho, confirma o sucesso do artesanato local que já ficou conhecido em vários outros países. “Meu trabalho já foi para a Itália, Estados Unidos, França, Portugal”, disse a artesã.



Cooperativa Mariense de Artesanato



## Educação

# Barueri (SP) tem a melhor escola pública

A escola Professora Dagmar Ribas Trindade não parece escola pública, com prédio novo e alunos uniformizados, é a primeira colocada na lista estadual das melhores escolas públicas de São Paulo, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A escola ocupa a 28ª posição no ranking nacional para a 8ª série do ensino fundamental, entre 30.842 escolas.

Para o resultado, que levou em consideração as notas dos alunos na Prova Brasil 2011 e o rendimento escolar dos estudantes, o colégio apostou em aulas extras e de reforço, com conteúdo voltado especificamente para o exame.

A instituição, localizada em uma comunidade carente no bairro Jardim Maria Cristina, em Barueri (SP), é prova de que os investimentos em infraestrutura e aulas extras podem render bons frutos. Para a superintendente de educação Neide Miniqueli, o resultado foi conquistado com um conjunto de ações. Contamos com alunos empenhados, uma boa estrutura, profissionais dedicados e com a participação da comunidade. “Esse é um bairro carente, mas é muito presente nas atividades da escola; os pais estão sempre presentes e a equipe pedagógica faz um trabalho excepcional”, destaca.

Além das aulas, de professores auxiliares para cobrir faltas de educadores titulares e de plantões de dúvida fora do período de aulas dos alunos, Dagmar, como é chamada pelos alunos e professores, conta com uma estrutura que preza pela saúde do estudante. Pelos corredores, não é difícil encontrar pontos com álcool em gel à disposição. O colégio oferece, também, gratuitamente, consultas com fonoaudiólogos, odontologistas, psicopedagogos e equipes de enfermagem.

No currículo obrigatório, mais aulas que incentivam a criatividade, a prática de exercícios físicos e o raciocínio lógico. A escola oferece aulas de inglês e espanhol, música, natação e xadrez. O currículo tem reforço em gêneros textuais e leitura de gráficos. Alunos também contam com biblioteca e laboratórios equipados de informática, biologia, física e

química. E, para quem passa o dia todo em atividades na escola, são oferecidas até seis refeições.

A escola municipal existe há apenas dois anos e já conta com pouco mais de 1,8 mil alunos. A estrutura com 190 funcionários, sendo 89 professores, é bastante concorrida, o que levou o colégio a adotar vestibulinhos para o preenchimento de suas vagas.

**Ensino Técnico** – O Município com 240 mil habitantes fica na região metropolitana de São Paulo e tem 78 mil alunos, 15 mil deles estão nas escolas técnicas. A superintendente explica que as escolas técnicas do Município são mantidas pela prefeitura e têm, hoje, cerca de 17 cursos. “Todas as nossas escolas são bem aparelhadas e também de alta qualidade, pois, quando o aluno sai do fundamental, ele pode escolher entre fazer o ensino médio em uma escola estadual ou fazer escola técnica aqui no Município”, explica Neide.

**Planejamento** – A coordenadora-geral de escolas de ensino fundamental, Flávia Moreno, conta que as escolas do Município superaram todas as expectativas este ano. “A nossa previsão de Ideb para 2015 era de 5.8 e conseguimos 5.9, agora, em 2012, nos anos iniciais e nos anos finais – 8 série – a expectativa era de 4.6 e conseguimos 5.0”, conta animada.

Para ela, os bons resultados são frutos de um planejamento da Secretaria de Educação, que, desde 2005, implantou um plano de referência, no qual o currículo municipal foi personalizado e ampliado para a demanda municipal. “Aqui em Barueri, o professor tem clareza sobre o que precisa ensinar. Isso é importante, porque a Prova Brasil é elaborada em termos de habilidade. O aluno precisa contextualizar a matéria, ele precisa ser articulado para não ficar repetindo um conteúdo mecânico e arcaico.”

O Município aposta em formação continuada para os professores e implantou vários instrumentos de mensuração. “Tentamos valorizar o professor, por isso nossa hora-aula é a mais alta da região e isso atrai profissionais melhores, pagamos

a hora de trabalho individual, em que o professor ganha para preparar aula”, relata.

**Pré-escola** – Na avaliação da coordenadora, para o aluno se sair bem, ele deve ter uma trajetória positiva desde a pré-escola. O Município oferece para as crianças de 0 a 3 anos que estão nessa fase um programa de estimulação multisensorial que foi avaliado como 100% adequado ao desenvolvimento infantil de acordo com a Universidade Mackenzie.

“O tempo todo elas têm atividades com brinquedos, areia, sensibilização olfativa e auditiva. Para o desenvolvimento neurológico, a estimulação é essencial porque eles são as janelas para o cérebro. A prefeitura gasta de 32 a 35% em Educação e nosso Fundeb é sempre incrementado pela prefeitura, porque sem ajuda não dá para fazer tudo isso”, detalha. A coordenadora ainda confirma que cerca de 82% das crianças de 0 a 3 estão matriculadas nas 22 creches de Barueri, são aproximadamente 8 mil crianças.

**Entenda o Ideb** – O Ideb foi criado pelo MEC para medir a qualidade no ciclo básico de ensino. Ele é feito a cada dois anos e já tem quatro edições – 2005, 2007, 2009 e 2011. Para chegar ao índice, o Ministério da Educação (MEC) calcula a relação entre rendimento escolar – taxas de aprovação, reprovação e abandono – e desempenho na Prova Brasil aplicada para crianças do 5º e 9º ano do fundamental e do 3º ano do ensino médio.



Cultura

# CNM auxilia Município amazonense a implantar Sistema Municipal de Cultura



Portal do Purus

O Município de Boca do Acre, no Amazonas, acaba de implantar o seu Sistema Municipal de Cultura. Por meio desta ação, a prefeita Maria das Dores Oliveira Munhoz (PR-AM) poderá ter acesso aos benefícios do Sistema Nacional de Cultura (SNC) estabelecido pela Lei 12.343/2010.

Incentivar a cultura no Município é um grande desafio para a gestora. A distância de Manaus e a falta de recursos financeiros são os principais entraves para o investimento na área. Dorinha, como é conhecida a prefeita, conta que para chegar à capital do Amazonas é preciso um trajeto muito longo e perigoso de barco ou, então, um voo com 3 escalas, bastante oneroso para o Município.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) tem papel importante na criação do Sistema Municipal de Cultura em Boca do Acre. Foi por meio de visitas à sede da CNM que a prefeita soube da possibilidade de receber recursos direcionados especificamente para a cultura pela adaptação do

Município ao SNC. “A CNM sempre foi uma grande parceira da nossa administração, nos auxiliou em diversas oportunidades e nos deu todas as informações necessárias para a implantação do sistema”, comenta Dorinha.

Festivais de música, feira agropecuária, festejos pelo aniversário do Município são alguns dos eventos culturais que a prefeita espera incentivar por meio do sistema. “Ainda não recebemos os recursos, mas sabemos que esta ação significará um salto na qualidade de vida da nossa população, na imagem do Município e na preservação da cultura local”, salienta. A CNM sugere que a administração faça agora um mapeamento dos instrumentos de cultura local para identificar onde os recursos podem ser aplicados.

Segundo a CNM, para a implantação do Sistema Municipal de Cultura, é preciso que exista, ou seja instituído, um departamento responsável pela área criado a partir de uma lei orgânica municipal.



Depois de aprovado pela Câmara de Vereadores, o sistema é vinculado ao SNC, e o Município fica habilitado a receber recursos públicos para investimento em cultura.

A CNM lembra os gestores que o investimento em cultura é um instrumento para a formação do cidadão. A entidade incentiva as administrações municipais a se adequarem ao SNC para que a cultura passe a ser uma aliada da Educação na melhoria das questões sociais destes Municípios, podendo ser ferramentas de combate ao uso de drogas e reinserção social.

Além disso, a CNM prepara uma cartilha com todas as informações para a implantação dos sistemas municipais de cultura que servirá de base para os gestores adequarem seus Municípios ao SNC.

Esporte

# Promessas olímpicas

Com o final dos jogos olímpicos em Londres, o Brasil tenta se preparar para os próximos jogos que devem acontecer no País em 2016. Preocupado em formar futuros atletas, o Município de Cariacica (ES) tem apostado no esporte. Para o gerente de Esporte, Eugênio Amorim, o Município já sai na frente por ter uma Secretaria de Esporte, que é um grande diferencial. “A Secretaria de Esportes de Cariacica existe há mais de dez anos e dá apoio aos colégios na questão esportiva. Foi construída uma escola de futebol para os jovens atletas do Município, na qual até olheiros de times como o Vasco e o Santos vêm procurar talentos”, explica o secretário.

Amorim destaca que o Município investe em diversas outras modalidades, como o *handebol*, *taekwondo*, atletismo e ginástica rítmica. “A prefeitura investe nesses atletas, dando suporte para os treinos e passagens para diversos campeonatos nacionais e internacionais”, garante.

Entre as conquistas de Cariacica, está a equipe de *handebol*, que foi participar de uma competição na Croácia e ganhou a medalha de ouro. “A prefeitura pagou as passagens para a competição e ajudamos os atletas. Além dessa equipe, temos vários outros talentos, investimos no esporte desde o maternal para que haja uma socialização dos estudantes”, adianta.

**Promessas** – E o Município já tem promessas olímpicas, como Gabriela dos Santos Silva, de 12 anos, e Ingrid Nascimento dos Santos, de 14 anos. As duas adolescentes são atletas corredoras e, mesmo com a pouca idade, se destacam como talentos do esporte no Município.

Ingrid, que tem ótima resistência física, participa das competições em provas de mil metros, e a velocista Gabriela disputa as de 250m e de 75m. As jovens atletas têm perfis diferentes, mas um mesmo objetivo: subir ao pódio nas competições nacionais e participar da seleção que leva às Olimpíadas de 2016.

Elas descobriram a afinidade com o esporte na própria escola, por meio do projeto da prefeitura



Cláudio Postay

*Quem Estuda e Corre Chega em Primeiro Lugar.* Há aproximadamente três anos, elas treinam 30 minutos ininterruptos todos os dias da semana após as aulas. “O biotipo da pessoa conta muito, mas tem de ter muito treino para ser atleta. A gente faz isso desde o primeiro ano da escola e eu procuro treinar também nos finais de semana”, diz a dedicada Ingrid.

**Vitórias** – Com toda a dedicação, as garotas ensaiam a trajetória da vitória. Ingrid conquistou no ano passado o primeiro lugar na prova de 1000m das Olimpíadas Escolares do Estado, que a levou à competição nacional na Paraíba e ao primeiro lugar na Corrida Polentina de Venda Nova do Imigrante. Já Gabriela ficou na primeira colocação no Campeonato da Caixa, disputado ano passado, além do primeiro lugar também na 10ª Corrida Garotada e na prova de 250m das Olimpíadas Escolares.

Agora, o treinador, Evaldo Luiz Barbosa, está de olho no Campeonato Brasileiro Mirim, que ocorre entre os dias 2 e 4 de novembro, em Porto Alegre, e nos Jogos Estudantis, que terá a etapa estadual dia 11 de agosto. Se as garotas alcançarem até o terceiro lugar nas etapas nacionais destas competições, elas poderão ser contempladas com a Lei Estadual Neymara Carvalho de incentivo aos esportes, que concede bolsa mensal de R\$ 500 a atletas de destaque no Estado.

Mesmo estando a pouco tempo de concluir o ensino fundamental na Escola Municipal de Ensino Médio e Fundamental (EMEF) Renascer, as jovens pretendem continuar no projeto, que

também é aberto à comunidade.

**Talento também na ginástica** – Entre as promessas olímpicas também está Francielly Machado Pereira, 16 anos. A adolescente, que se apresenta em competições de ginástica rítmica mundo afora, treina pelo menos sete horas diárias e já se diz preparada para o Campeonato Brasileiro de ginástica rítmica, que ocorre no próximo mês, em Goiás. Dedicação e disciplina que ela aprendeu desde criança quando se interessou pela atividade.

Com apenas um ano de treino, Francielly começou a participar de competições pelo Estado e, no ano seguinte, entrou também no circuito nacional de ginástica rítmica. Hoje ela enumera as passagens por diversos países em que foi competir e as conquistas de títulos: premiação nas Olimpíadas Escolares Mundiais, no Catar, em 2009; Campeonato Sul-Americano de Ginástica Rítmica, na Bolívia, em 2010; Copa Pan-Americana na Venezuela, em 2011; e no Brasil, em 2012. Também conquistou o primeiro lugar no Campeonato Brasileiro de Conjunto e o individual, em 2010, e o segundo lugar no ano passado. As disputas são realizadas tanto na modalidade individual (mão livre, bola, maças, arco e fita) como conjunto (bola, três fitas e dois arcos).

Destaque esportivo para o Município, a meta da jovem atleta é clara: “quero entrar para a seleção brasileira e ir para as Olimpíadas Mundiais. Tudo para ir para Aracaju”, declara Francielly, sobre o local oficial de treino onde a seleção brasileira se concentra durante todo o ano.

Saúde

# CNM lança alerta sobre o Contrato Organizativo da Saúde

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) alerta os prefeitos e secretários municipais de Saúde quanto à assinatura do Contrato Organizativo da Ação Pública em Saúde (Coap), em 2012. Estamos em ano de eleição e às vésperas de uma nova gestão, fatos que devem ser levados em consideração por todos os gestores. Esse alerta é importante devido aos vários questionamentos e dúvidas em relação ao contrato e à forma como está sendo conduzido o processo de pactuação e assinatura do documento.

A CNM lembra que o Coap irá substituir todos os processos de habilitação e pactuação entre as esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e defende que esse compromisso deve ser deixado para a próxima gestão.

A propósito, a Confederação lembra o exemplo do Pacto pela Saúde 2006 – que também será extinto com a assinatura do Coap. Após sua assinatura e pactuação, o documento não passou por nenhum processo de revisão ou repactuação, mantendo-se inalterado por quase seis anos. Por estes e outros motivos descritos, a CNM sugere aos prefeitos e aos secretários municipais de Saúde a não assinarem o Coap em 2012.

## Decreto 7.508, de 28/6/2011

Com a finalidade de regulamentar a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990), o dispositivo infralegal traz um novo instrumento de pactuação definido como o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde – Coap, com o objetivo de estabelecer responsabilidades individuais e solidárias entre os seus signatários – União, Estados e Municípios – para garantir a atenção integral à saúde da população brasileira.

O Coap nada mais é que um contrato de prestação de serviços de saúde pactuado e assinado pela União, Estados e Municípios. Para isso, é necessário avaliar as competências e atribuições de cada ente com a saúde pública, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na Lei 8.080/1990 e demais dispositivos legais.

O Coap deverá descrever de forma clara que essa é uma responsabilidade financeira da União e dos Estados, conforme define a Política Nacional da Assistência Farmacêutica pactuada entre os entes. Há também a necessidade da previsão e estabelecimento de câmaras de compensação da gestão municipal do SUS, garantindo o ressarcimento de tais procedimentos quando demandados em função da responsabilidade solidária.

Desta forma, a CNM orienta que esse é um processo que merece tempo para análise e debate, construção coletiva de proposta adequável às especificidades e realidades de cada Município e de cada região de saúde. E que garanta segurança jurídica para os Municípios para que, finalmente, se estabeleça o processo de pactuação e assinatura do contrato do SUS.

É preciso garantir a sobrevivência dos Municípios brasileiros, que assumem atualmente, em média, 66% de todo o financiamento dos serviços de saúde disponíveis no SUS. Isso ocorre em decorrência do subfinanciamento federal e da inércia da maioria dos Estados, que não cofinanciam as ações, não assistem à população e muito menos aos Municípios, como determina a Constituição.



Como exemplo, a CNM traz novamente o Saúde da Família, que chega a um subfinanciamento gritante de cerca de 80%. Uma equipe, e sua respectiva unidade de saúde, não custa aos cofres municipais menos de R\$ 50 mil mensais, em média.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, ressalta que o Coap traz uma oportunidade ímpar para solucionar a ausente ou escassa responsabilidade solidária da União e dos Estados com a Saúde brasileira. “É hora de os gestores municipais exigirem a correção de tamanha injustiça e falta de equidade entre os entes federativos, uma vez que os Municípios nunca se recusaram a assumir essa imensa responsabilidade solidária com a União e os Estados – a municipalização da Saúde pública”, destaca.

Por fim, de acordo com o presidente da CNM, esse é um momento importante para a Saúde brasileira e de grande interesse para a gestão municipal. “É necessário que cada esfera de gestão do SUS avalie minuciosamente o contido no Coap, observando as responsabilidades descritas e assumidas por cada partícipe, na certeza de que a integralidade da atenção à saúde esteja garantida de forma solidariamente federativa, assim como a segurança jurídica aos Municípios”, conclui.